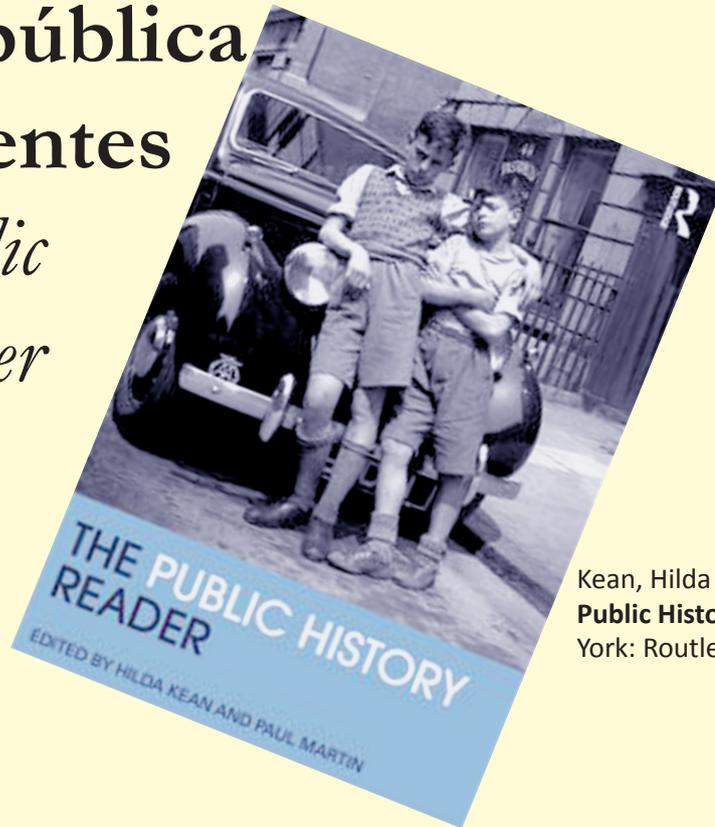


A história pública e suas vertentes em *The Public History Reader*



Kean, Hilda & Martin, Paul (org.) **The Public History Reader**. London / New York: Routledge, 2013.

Ricardo Santhiago

Pós-graduando na Universidade Federal Fluminense
rsanthiagoc@gmail.com

Um “reader” pode ser tão somente aquilo que a adoção deste termo exige que ele seja: uma antologia, um compêndio, uma reunião de trabalhos escritos por uma variedade de autores. Mas um “reader” de certa área de conhecimento, propondo-se como tal, pode ter também – e desejavelmente tem – um caráter pedagógico valioso: o de compilar aquilo que se produziu de mais significativo nessa área, embrulhando esse conteúdo numa obra única, amplamente acessível, que contribui, para o bem ou para o mal, para a fixação de um cânone.

Essa é uma tarefa um tanto quanto ingrata – pelo menos se levada a cabo com responsabilidade. Ela compreende percorrer criticamente a vastidão de toda uma literatura, decompondo-a e recompondo-a de modo a decifrar certa tradição intelectual e propor trilhas de compreensão a serem seguidas por leitores nem sempre despertados para o nível de interpretação subjacente a elementos que se apresentam como editoriais. Ela comporta, ainda, um encargo nada modesto: guiar os que doravante se dirigirão à antologia não para se introduzirem a um corpo de conhecimento, ou para complementá-lo, mas para substituir a leitura integral de um número colossal de obras. Nesse sentido, um bom reader de uma área teria uma espécie de função cartográfica.

Os historiadores ingleses Hilda Kean e Paul Martin tomaram para si o trabalho de organizar o *The Public History Reader*, que a Routledge lançou em 2013. Não foi uma tarefa inédita, já que, entre outros trabalhos de história pública, eles já haviam organizado inclusive coletâneas. Com o australiano Paul Ashton, Hilda organizou *People and their Pasts: Public History Today* (Palgrave Macmillan, 2009), editado em brochura como *Public History and Heritage Today: People and their Pasts* (Palgrave Macmillan, 2012). Junto com Sally J. Morgan, Kean e Martin organizaram *Seeing History: Public History in Britain Now* (Francis Boutle, 2000). Neste, reuniram-se relatos de experiência em história pública na Inglaterra. No outro, o mesmo enfoque projetava-se para uma dimensão internacional. E em *The Public History Reader*, o que se encontra?

São 19 capítulos divididos em três partes. “*The Past in the Present: Who is Making History?*”, a primeira delas, sustenta-se sobre a ideia de que existe uma relação simbiótica entre passado e presente: sua meta é compreender como o passado, fluido por natureza, é reelaborado para atender aos objetivos no presente. Essa relação se dá em diferentes níveis, inclusive na vida cotidiana – como mostram Raphael Samuel, com um trecho de seu clássico

Theatres of Memory tratando das “mãos invisíveis” da história, e Roy Rosenzweig e David Thelen, com o influente *The Presence of Past: Popular Uses of History in American Life*, investigação sobre as maneiras através das quais as pessoas se relacionam com o passado no dia a dia. Segundo o organizador do livro, Paul Martin, isso poderia ser entendido como história pública: “Elas estão fora da academia e apontam para um conhecimento personalizado, experiencial ou autodidata que informa o indivíduo sobre o papel da história em moldar seu presente. É história pública também porque, em seu reconhecimento, ela empodera o indivíduo na percepção de sua posse e como colaboradores para aquilo que a história é e como ela é feita” (p. 2).

Ao longo de toda a coletânea, seja nos textos apresentativos ou nas peças escolhidas para nela figurar, evidencia-se o projeto dos organizadores de reorientar a concepção de “história pública” para algo que não passa necessariamente por bens culturais produzidos por historiadores profissionais e dirigidos ao público. Diante da pergunta “quem está fazendo história?”, os organizadores apontam para respostas que quase sempre levam à ideia de povo. Assim, ainda na primeira parte, Iain J. M. Robertson (“*Heritage from Below: Class, Social Protest and Resistance*”) defende o caráter democrático e anti-hegemônico que o patrimônio material ou imaterial, quando gerenciado pela comunidade, pode adquirir; Graeme Davison (“*The Use and Abuse of Australian History*”) trata dos desafios práticos das histórias de família, ramo muito praticados de história pública, no trato dos povos aborígenes australianos; James Green (“*Taking History to Heart: The Power of Past in Building Social Movements*”) revisita a transformação em sua maneira de encarar a pesquisa e o ensino de história após sua participação no History Workshop de 1976; Jorma Kalela (“*Making History: The Historian and Uses of the Past*”) focaliza questões como a valoração e a legitimidade da pesquisa histórica no trabalho comunitário que faz com sindicalistas; e Matthew J. Taylor e Michael K. Steinberg (“*Forty Years of Conflict: State, Church and Spontaneous Representation of Massacres and Murder in Guatemala*”) problematizam as demandas memoriais na Guatemala, trinta anos após o fim da Guerra Civil no país, avaliando como os massacres e assassinatos são representados e interpretados no presente. A abordagem das maneiras como públicos e historiadores envolvem-se na construção de

conhecimento histórico é a linha comum destes capítulos.

A segunda parte de *The Public History Reader*, intitulada “*Materials and Approaches to Making History*”, trata dos materiais e dos métodos com que a história pública lida – na perspectiva dos organizadores, em abordagens que distariam da história por assim dizer convencional, uma vez que esta última se basearia fundamentalmente em arquivos e registros escritos. A história pública teria outros pontos de partida, como a relação das pessoas com seus objetos pessoais, mediando seu contato com o próprio passado e com a sociedade, tema do capítulo de Sherry Turkle (“*Evocative Objects: The Things That Matter*”). Na dupla posição de historiadora e filha, a organizadora do livro Hilda Kean comparece com um trecho de seu livro autoral (“*London Stories: Personal Lives, Public Histories*”) no qual radiografa os objetos colecionados por sua mãe e herdados por ela. Já Paul Martin (“*The Trade Union Badge: An Epoch of Minority Symbolism? The Pervasion of the Badge and the Contraction of the Union*”) explora o simbolismo dos broches com emblemas sindicais que, destinados ao uso em público, visam transmitir de maneira inequívoca o orgulho dos trabalhadores por seu associacionismo.

Em outra chave, Daniel Cohen (“*The Future of Preserving Past*”) trata da formação, preservação e acesso a acervos digitais, com suas especificidades em termos de cobertura e de aprofundamento. Deborah Dean e Rhiannon Williams (“*Critical Cloth: To Be Continued...*” e “*The Time I’m Taking: Sewing Proust*”) comentam o trabalho original em artes visuais desta última, baseado em um processo de corte e colagem de textos que ambas aproximam conceitualmente da acumulação. A segunda parte do livro encerra-se com um trecho do trabalho já canônico de Paul Ashton e Paula Hamilton (“*History at the Crossroads: Australians and the Past*”), baseado em uma pesquisa de abrangência nacional na Austrália, a respeito de como as pessoas, as instituições e os historiadores se relacionam com o passado e com bens culturais que carregam conteúdo histórico.

As relações intangíveis e tangíveis com o passado, respectivamente nos âmbitos da interpretação de visões internalizadas sobre o passado e de sua representação, enovelam os textos que formam a terceira parte da coletânea, “*Intangible and Tangible Presentations of the Past*”. James A. Flath (“*The Cult*

of *Happiness: Nianhua, Art and History in Rural North China*”) comenta o papel das fotografias *nianhua* como formas de narrativa histórica no ambiente rural chinês. Cahal McLaughlin (“*Under the Same Roof: Separate Stories of Long Kesh/Mazé*”) mapeia as várias relações estabelecidas, por seus sujeitos e seus públicos, com os significados da Prisão de Maze, na Irlanda do Norte. Sandra Prosalendis e seus colaboradores (“*Recalling Community in Cape Town: Creating and Curating the District Six Museum*”), abordam o dilema de constituir um museu em Cape Town a partir da problemática da destruição completa ocasionada pelo apartheid, o que põe em foco a relação da instituição museológica com os objetos ou a ausência de objetos. O ficcionista Lawrence Scott (“*Golconda: Our Voices, Our Lives*”) mostra parte de um trabalho baseado em histórias orais com ex-cortadores de cana de açúcar. Michael Belgrave (“*Something Borrowed, Something New: History and the Waitangi Tribunal*”) trata da atuação de historiadores como peritos – no caso, na interpretação do Tratado de Waitangi, que garantiria propriedade de terras ao povo nativo Maori, na Nova Zelândia. Alan Rice (“*Creating Memorials, Building Identities: The Politics of Memory in the Black Atlantic*”), por fim, propõe indagações sobre o apagamento da história de participação da cidade marítima de Lancaster na rota de tráfico de escravos.

Ao contrário de algumas obras multiautorais de história pública mais antigas, *The Public History Reader* apresenta essencialmente capítulos com base empírica sólida, o que adensa seu significado. São ideias e propostas calcadas em pesquisas efetivamente executadas, informadas por uma variedade muito grande de concepções sobre a história pública. Através dos capítulos, passeamos pela China, pela África do Sul, pela Nova Zelândia, pela Inglaterra, pela Austrália – de modo que a bem vinda representação de autores internacionais, traduzida em temas locais, permite observar como os desafios da história pública têm sido colocados e enfrentados em diferentes paisagens, com especificidades históricas, sociais, culturais. O horizonte de possibilidades e o cosmopolitanismo da história pública é efetivamente ampliado graças a cada um desses textos.

A coletânea, contudo, é regida por uma perspectiva unívoca, que não permitiu que essas explorações muito arejadas de história pública dialogassem com outras tantas. A *public history* que Hilda Kean e Paul Martin trazem para esta antologia é a

mesma que eles levaram para seus trabalhos anteriores: marcadamente comunitária, assumidamente ligada a uma história vista de baixo, elementos que caracterizam a corrente principal da história pública britânica. A reprodução de uma visão particular em um *reader* que, em princípio, deveria ser abrangente, significa na prática a negligência à tradição de uma história pública ligada à profissionalização do historiador, à sua atuação em campos que não a pesquisa acadêmica ou o ensino. Não há em *The Public History Reader* qualquer abordagem sobre mídias impressas e eletrônicas, sobre o papel dos governos na produção e na administração da memória, sobre políticas públicas, sobre história empresarial e institucional, sobre mercado editorial, sobre literatura histórica. Mesmo a história digital é mal representada, já que o capítulo de Daniel Cohen restringe-se a acervos e fontes digitais. A história pública como apresentação pública da história não tem lugar neste *reader*, sequer em um gesto retórico por parte dos organizadores no reconhecimento da dignidade de outras vertentes.

Um posicionamento como esse se traduz inevitavelmente na ausência de nomes e trabalhos essenciais. Na introdução geral ao livro e nas últimas apresentações a cada uma das partes, os organizadores demonstram sua erudição, mencionando problemas chave no enfrentamento da história pública e aludindo a autores que escreveram obras importantes que não estão representadas em *The Public History Reader*. É difícil entender o porquê. Um retrato daquilo que de mais criativo se produziu sobre história pública nos últimos anos estaria incompleto sem a presença do abrangente trabalho de Jerome De Groot sobre o consumo popular da história. O comentário algo desabonador ao trabalho de David Lowenthal em *The Past is a Foreign Country* deveria ser equalizado com a reprodução de um trecho dele, que tanto influenciou praticantes e estudiosos do patrimônio. E não parece possível que qualquer obra que se pretenda um “*reader*” de história pública não contenha um extrato de *A Shared Authority*, de Michael Frisch, trabalho de ressonância internacional inequívoca.

Isso, aliás, aponta para um terceiro problema: o pouco reconhecimento que se dá à história oral como um campo que contribuiu muito para o desenvolvimento da reflexão sobre história pública – já que seus pesquisadores se relacionam inevitavelmente com públicos, isso não é de surpreender.

Esse não é o caso só da história oral, mas de outros campos avizinados que, de certa forma, têm sua força questionada por uma antologia que parece se pretender fundadora – à medida que a preocupação em defender uma postura única acaba deixando de lado a própria história da história pública. Acontece que os demais sujeitos e acontecimentos da trajetória desse campo seriam fundamentais para contextualizar a perspectiva que Hilda Kean e Paul Martin

nos apresentam; mais do que isso, essa contextualização serviria para intensificar a eficácia deste ramo de história pública polifônico e multidirecional. Não é o que acontece neste livro. Ele certamente é *um “reader”* – uma boa coletânea, que cumpre a função de reunir em um só volume amostras e *insights* sobre a história pública de pendor comunitário –, mas definitivamente não é *o “reader”* de uma área de atuação e reflexão multifacetada.